

MAGISTRATURA E TRABALHO

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO



ABRIL/2016 - Nº 97

1ª INSTÂNCIA DEVE
TER PRIORIDADE
NA DISTRIBUIÇÃO
DE FORÇA DE
TRABALHO

PÁG. 14

JUNTOS PELA AMATRA-2 QUE QUEREMOS

PÁG. 8

PROMOÇÃO POR
MERCIMENTO:
SEM CONCILIAÇÃO,
MAGISTRADOS
AGUARDAM
DECISÃO DO CNJ

PÁG. 7





MAGISTRATURA E TRABALHO

DIRETORIA EXECUTIVA
PRESIDENTE
FABIO RIBEIRO DA ROCHA
VICE-PRESIDENTE
MARCELO AZEVEDO CHAMONE
DIRETOR-SECRETARIO
LEONARDO GRIZAGORIDIS DA SILVA
DIRETORIA FINANCEIRA E DE PATRIMONIO
CRISTINA OTTONI VALERO
DIRETORIA CULTURAL
FABIO MOTERANI
XERXES GUSMAO
DIRETORIA SOCIAL
ISABEL CRISTINA QUADROS ROMEO
TATIANA A. JULIA E. H. BELOTI MARANESI
BEATRIZ BERNARDON
DIRETORIA DE BENEFICIOS
VALERIA NICOLAU SANCHEZ
LAVIA LACERDA MENENDEZ

COMISSÃO DISCIPLINAR E DE PRERROGATIVAS
DESEMBARGADORES
TITULAR: ELZA EIKO MIZUNO
SUPLENTE: SILVANA ABRAMO ARIANO
JUIZES TITULARES
TITULAR: PATRICIA ALMEIDA RAMOS
SUPLENTE: RICHARD WILSON JAMBERG
JUIZES SUBSTITUTOS
TITULAR: KATIUSSIA MARIA PAIVA MACHADO
SUPLENTE: RAQUEL MARCOS SIMOES
DIRETORIA DE ESPORTES E LAZER
HERMÃO DE OLIVEIRA DANTAS
JEFFERSON AMARAL GENTA
DIRETORIA DE APOSENTADOS
AMADOR PAES DE ALMEIDA
MARIA ALEXANDRA KOWALSKI MOTTA
ANA MARIA CONTRUCCI B. SILVA
MARIA CRISTINA FISCH
DIRETORIA DE DIREITOS HUMANOS
MARCOS SCALERCIO
ANDRÉ EDUARDO D. ARAÚJO
CONSELHO FISCAL
TITULARES
MAGDA CRISTINA MUNIZ
RODRIGO ACUIO
RENATA SIMÕES L. FERREIRA
CARLOS FRANCISCO BERARDO
SUPLENTE
FREDERICO MONACCI CERUTTI
JULIANA EYMI NAGASE

COMISSÃO DE JUIZES TITULARES E SUBSTITUTOS
ADRIANA PRADO LIMA
ROGERIA DO AMARAL
MARIA FERNANDA DE O. DA SILVEIRA
JULIANA DE JAVITE DOS SANTOS
DIANA M. CESAR KAMBOURAKIS
JOSE CARLOS CASTELLO BRANCO
DIRETORIA DE ASSUNTOS
LEGISLATIVOS E INSTITUCIONAIS
LAURA RODRIGUES BENDA
JULIANA JAMTCHIK GROSSO
DIRETOR DE INFORMÁTICA
LUIZ GUSTAVO RIBEIRO AUGUSTO
REPRESENTANTE DO FORO REGIONAL DA ZONA LESTE
APARECIDA MARIA DE SANTANA
REPRESENTANTE DO FORO REGIONAL DA ZONA SUL
RODRIGO GARCIA SCHWARTZ
REPRESENTANTE DA CIRCUNSCRIÇÃO DE GUARULHOS
FLAVIO ANTONIO C. DE LAET
REPRESENTANTE DA CIRCUNSCRIÇÃO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
CLAUDIA FLORA SCUPINO
REPRESENTANTE DA CIRCUNSCRIÇÃO DA BAIXADA SANTISTA
JULIANA FERREIRA DE MORAIS
REPRESENTANTE DA CIRCUNSCRIÇÃO DE OSASCO
JULIANA HEREKVALERIO

AMATRA-2
AV. MARQUES DE SÃO VICENTE, 235
- BLOCO B - 10º ANDAR
BARRA FUNDA - SÃO PAULO - SP
CEP 01139-001
TELEFONE: (11) 3392-4996;
(11) 3392-4997 - FAX: (11) 3392-4727

O JORNAL MAGISTRATURA E TRABALHO
É EDITADO POR
SATYA COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIA
RUA WISARD, 308 - 1º ANDAR
VILA MADALENA - SÃO PAULO - SP - CEP 05434-000
TEL: (11) 3914-5928
JORNALISTA RESPONSÁVEL
EDNA DANTAS - MTB 1.259/DF
ESTAGIÁRIA
JESSICA TELES
PROJETO GRÁFICO
PATRICIA MORANTE
FOTO DE CAPA
DAVILYM DOURADO

EDITORIAL

“NUNCA DEIXEM DE ACREDITAR”

Após quatro anos à frente da maior associação regional de Juízes do trabalho, Patricia Almeida Ramos faz um balanço de sua gestão



GUTO SEIXAS

Há quatro anos, iniciei um dos maiores e mais intensos desafios da minha vida: estar à frente da primeira e maior Associação Regional de Juízes do Trabalho do Brasil, a AMATRA-2.

Nesse período, enfrentamos pequenas e grandes batalhas, sempre visando à defesa intransigente do Poder Judiciário, da magistratura do Trabalho, bem como de nossos associados, num contexto particular.

As vitórias foram muitas, suplantando, por certo, os percalços encontrados cotidianamente.

Cito algumas conquistas importantes: a implementação e a ampliação do sistema de “auxílio fixo”; a nomeação dos auxiliares dos juízes substitutos; o reconhecimento do direito à voz da AMATRA-2 nas sessões administrativas do Tribunal Pleno e do Órgão Especial; a campanha em prol das eleições diretas para os tribunais, que culminou na ampliação do rol de elegíveis para a administração do TRT-2; a contratação de copeiras para o quadro de funcionários da associação; a institucionalização da pasta de prerrogativas, com a disponibilização de escritório de advocacia para a atuação na defesa de todas as demandas de interesse dos associados; o resgate financeiro de nossa entidade e a transparência na prestação de contas; o aperfeiçoamento da pasta cultural com a criação do Congresso da Magistratura Laboral, da Revista Jurídica da AMATRA-2, de eventos para a elaboração de enunciados sobre temas relevantes tanto para o direito do trabalho como para a execução das atividades jurisdicionais; a reforma do estatuto da associação; a redução da mensalidade para os magistrados aposentados com mais de 25 anos de vínculo com a entidade; o resgate da memória dos associados, com a criação da coluna “Medalha de Ouro”.

Findo esse ciclo, só me resta agradecer! Agradeço a Deus por estar conosco sempre, dando-nos força para continuar, mesmo diante dos piores cenários! Agradeço, também, a todos que estiveram nos auxiliando nesses últimos quatro anos, tanto os colegas que fizeram parte da diretoria da AMATRA-2 nos biênios 2012/2014 e 2014/2016, como aqueles que, mesmo não a compondo, atuaram nas mais diversas tarefas institucionais, compartilharam de preocupações coletivas ou, de alguma forma, colaboraram com sugestões ou críticas. Segundo as palavras do apóstolo Paulo, “ninguém vive para si”, de modo que a força do trabalho conjunto constrói um caminho melhor para todos.

A luta associativa continua, agora conduzida pelo presidente Fábio Ribeiro da Rocha, aguerrido líder, competente profissional e querido amigo.

Aos membros do novo grupo de gestão, desejo sucesso na trajetória, muitas conquistas e, sobretudo, que nunca deixem de acreditar! Como disse Nietzsche: “Os grandes momentos da nossa vida chegam quando juntamos a coragem de transformar nossas fraquezas no melhor de nós mesmos”.

Um grande abraço,

Patricia Almeida Ramos

NA LUTA



A SUSPENSÃO PARCIAL E TEMPORÁRIA DE AUXÍLIO FIXO COMEÇA EM 30 DE JUNHO

Comissão coordenada pela Corregedoria do TRT-2 quer apresentar estudo sobre o sistema para 2017

No início de abril, a administração do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região decidiu suspender por trinta dias em algumas varas o período de auxílio fixo, a fixação de dois juízes por vara. A suspensão ocorrerá em sistema de rodízio, para possibilitar que juízes titulares que estejam em vara sem auxílio fixo consigam desfrutar o segundo período de férias.

Sob a coordenação da corregedora Beatriz de Lima Pereira, será criada uma comissão com a participação de juízes de todas as circunscrições e do Comitê de Priorização do 1º Grau de Jurisdição, de modo a apresentar um estudo para solucionar os problemas em 2017. A AMATRA-2 encaminhou solicitação para que tenha um representante na comissão, mas ainda não recebeu uma resposta.

As informações foram dadas pela desembargadora corregedora em reunião da qual participaram como representantes da AMATRA-2 a juíza e então presidente da entidade, Patricia Almeida Ramos, e os diretores juízes Marcelo Chamone e Leonardo Grizagoridis. Acompanharam o encontro

a desembargadora corregedora auxiliar, Lizete Belido, e a Juíza Auxiliar da Corregedoria, Sandra Assali.

Na ocasião, a corregedora Beatriz de Lima Pereira explicou que a suspensão do auxílio fixo começará em 30 de junho e grupos de varas, observarão tanto o aprazamento das audiências para evitar a remarcação e o período de férias já deferido e marcado.

Segundo levantamento da AMATRA-2, existem 123 varas contempladas com auxílio fixo, o que corresponde a 57,2% das unidades judiciais do quadro do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, que somam, ao todo, 215.

Conforme declarado no relatório semestral da Corregedoria Regional do TRT-2 referente ao segundo semestre do ano passado, as varas que atuam com dois magistrados realizam, em média, um número maior de audiências semanais. Na Barra Funda, por exemplo, o número é 91,88% maior hoje do que era antes da adoção do auxílio fixo. Em Mogi das Cruzes, o incremento chegou a ser 108,33% maior.

Varas que têm Auxílio Fixo

123

Esse número corresponde a

57,2%
do total

Outras

94

varas não têm auxílio fixo



DIRETORIA DA AMATRA-2 E PRESIDENTE DO TRT-2 VÃO SE REUNIR EM MAIO PARA TRATAR DE GECJ

Em ofício, a presidente do órgão informa que o pagamento de passivos depende de aprovação de crédito suplementar

A diretoria da AMATRA-2 agendou para 2 de maio uma reunião com a presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2), desembargadora Silvia Devonald, para tratar de assuntos relacionados ao pagamento da Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição (GECJ).
Atendendo parcialmente ao requerimento da AMATRA-2 protocolado no início de março, conforme deliberação em assembleia geral da entidade realizada em meados de fevereiro, a presidente do TRT-2 informou por ofício que em 30 de março foram efetuados aos magistrados os pagamentos da GECJ relativos aos meses de outubro a dezembro do ano passado, incluindo a gratificação de Natal correspondente.
Ainda segundo o ofício assinado pela Desembargadora, resta um saldo em favor dos magistrados referente a setembro de 2015. O TRT-2, afirma Silvia Devonald no documento, pretende viabilizar o pagamento do respectivo passivo. Os valores de janeiro a agosto de 2015, informa, serão objeto de solicitação de crédito suplementar a ser enviado ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) no mês de agosto de 2016.
Já a implementação da GECJ no exercício de 2016 ocorrerá de acordo com a disponibilidade financeira do TRT-2, relata a presidente do órgão no ofício dirigido à AMATRA-2.

1.664

Média de processos julgados por juiz de 1ª instância no TRT-2 por ano

Fonte: Justiça em Números 2015/CNJ



PRESIDENTE DO TRT-2 INDEFERE PEDIDO DE PARTICIPAÇÃO DA AMATRA-2 EM COMISSÃO ORÇAMENTÁRIA

A desembargadora Silvia Devonald, presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2), indeferiu o requerimento da AMATRA-2 que reivindicava a participação da entidade na comissão responsável pela gestão dos recursos orçamentários do órgão e também daqueles provenientes de convênios com entidades de direito privado.
Segundo justificou a desembargadora em ofício, o Tribunal conta com o Comitê de Planejamento e Gestão, o qual já tem a função de auxiliar a administração no que diz respeito aos recursos do orçamento. A AMATRA-2 recorrerá ao Conselho Superior do TRT-2 para tentar reverter a decisão.

DESEMBARGADORA IVETE RIBEIRO RECEBE HOMENAGEM DO TRT-15

No início de março, a desembargadora do TRT-2 Ivete Ribeiro foi homenageada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região no grau “Medalha de Ouro”. A magistrada foi até pouco tempo atrás componente da Comissão de Prerrogativas da AMATRA-2. A homenagem foi feita por ocasião da solenidade de outorga das comendas da Ordem do Mérito Judiciário da Justiça do Trabalho do tribunal sediado em Campinas (SP).



O DIREITO DO TRABALHO EM DEBATE

O 4º Congresso da Magistratura Laboral de São Paulo reuniu magistrados, professores e especialistas durante dois dias

Nos dias 25 e 26 de fevereiro último aconteceu no Fórum Ruy Barbosa, na Barra Funda, o 4º Congresso da Magistratura Laboral de São Paulo, organizado e idealizado pela AMATRA-2. O evento contou com um público variado, entre ministros, desembargadores, juízes, advogados, professores e servidores.
Na abertura, a juíza Patricia Almeida Ramos, então presidente da entidade, destacou, em seu discurso, a importância do encontro: “O Congresso Laboral cumpre uma de nossas funções institucionais, que é fomentar o estudo do direito do trabalho. Queremos

influenciar mudanças. O Direito é uma ciência dinâmica”.
Entre os palestrantes estava o ministro Augusto César Leite de Carvalho, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que abordou em sua palestra o contexto econômico-social. “Em tempos de crise, como regra, os gestores do capital têm como primeira preocupação pôr o emprego, o trabalho em sacrifício, como se o trabalhador brasileiro fosse, de alguma forma, culpado pela conjuntura econômica. Isso implica crise de empregabilidade, e não raro significa uma crise na proteção do emprego”, afirmou.

PÚBLICO VARIADO PARTICIPOU DA 4ª EDIÇÃO DO CONGRESSO DA MAGISTRATURA LABORAL DE SÃO PAULO

4,1 MILHÕES

É o total de sentenças e decisões proferidas pela Justiça do Trabalho

Fonte: Justiça em Números 2015/CNJ

A ASSOCIAÇÃO MANIFESTA APOIO À JUÍZA AGREDIDA EM FÓRUM

Em nota, a Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 2ª Região (AMATRA-2) repudiou a violenta agressão sofrida pela juíza Tatiana Moreira Lima enquanto exercia sua função magistrada conduzindo uma audiência no Fórum Regional do Butantã, na Zona Oeste de São Paulo.
“Não vou deixar que um maluco me impeça de fazer o trabalho que amo tanto”, disse a juíza em mensagem a amigos. Segundo a direção da Associação, o episódio evidenciou a vulnerabilidade dos magistrados, servidores e cidadãos no ambiente jurisdicional. A questão da segurança nos tribunais é pauta do Conselho Nacional de Justiça, que está formulando uma política nacional sobre o tema.



“NÃO VOU DEIXAR QUE UM MALUCO ME IMPEÇA DE FAZER O TRABALHO QUE AMO TANTO”

REPRODUÇÃO/TV GLOBO



ATUALMENTE, TODAS AS VARAS DO TRT-2 JÁ ESTÃO OPERANDO COM PROCESSOS ELETRÔNICOS

OS PROCESSOS ELETRÔNICOS E O IMPACTO NA PRODUTIVIDADE

A AMATRA-2 solicita esclarecimentos à administração do TRT-2 sobre supostas falhas do e-gestão

No início de março, a Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 2ª Região (AMATRA-2) protocolou documento endereçado à presidente do TRT-2, desembargadora Sílvia Devonald, e à corregedora regional, desembargadora Beatriz de Lima Pereira, pedindo esclarecimentos e providências no sentido de incluir nos relatórios de produtividade dos magistrados o trabalho realizado nos chamados processos eletrônicos (PJe).

Segundo informações obtidas pela entidade, o sistema de gestão de dados do tribunal, o e-gestão, tem apresentado falhas, deixando de computar dados dos PJe. Estima-se que o trabalho executado por esse meio seja bem maior do que o considerado pelo sistema.

A falha tem impacto na produtividade dos magistrados e, consequentemente, nos processos de vitaliciamento de juízes (após dois anos de ingresso na magistratura) e nos processos de promoção ao cargo de juiz titular de vara ou de desembargador do trabalho.

O TRT da 2ª Região concentra 10% de todos os processos eletrônicos do país. No âmbito desta regional, que engloba capital, Baixada Santista e Grande São Paulo, do total de 215 varas, todas operam com o PJe, sendo que cinquenta de forma inteiramente eletrônicas e as demais, 165 varas, são de forma híbrida (também com processos em papel).

ASSEMBLEIAS VIRTUAIS

Em pouco tempo, a AMATRA-2 passará a adotar um sistema virtual para a realização de assembleias-gerais extraordinárias e ordinárias. O intuito do uso da tecnologia nas assembleias é possibilitar a interação remota de associados que não têm disponibilidade de comparecer à sede da instituição, no Fórum Ruy Barbosa, no bairro da Barra Funda, em São Paulo. O sistema virtual ainda não foi implantado porque a velocidade de transmissão de dados exigida para a adoção da tecnologia é maior do que a que é disponibilizada na sede da AMATRA-2 pela operadora Vivo. A associação está empenhada na busca de solução para o problema e informará novidades oportunamente.



O CONSELHEIRO BRUNO RONCHETTI DE CASTRO, DO CNJ

A QUESTÃO DOS CRITÉRIOS OBJETIVOS PARA PROMOÇÕES

Por maioria de votos, na Assembleia-Geral Extraordinária da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 2ª Região, realizada em 31 de março último, decidiu-se rejeitar a proposta conciliatória apresentada pela administração do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região referente aos processos de promoção de magistrados no âmbito do órgão. A decisão vai agora ser julgada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

No ano passado, a AMATRA-2 formulou um pedido de providências ao CNJ sustentando que o tribunal não tem observado nas promoções por antiguidade e merecimento de seus magistrados os critérios objetivos previstos na Resolução nº 106/2010 do Conselho Nacional de Justiça.

Depois de o TRT-2 demonstrar interesse em revisar os procedimentos

atualmente utilizados para a promoção e diante da manifestação da AMATRA-2 em buscar a solução do conflito por meio da prática conciliatória, foi realizada, no início de março, uma audiência de conciliação na qual as duas partes, mais a Anamatra (que se uniu à regional de São Paulo como interessada no pedido), apresentaram suas propostas.

O conselheiro Bruno Ronchetti de Castro, do CNJ, concedeu prazo de trinta dias para que as partes analisassem e se manifestassem sobre a possibilidade de conciliação, levando-se em conta suas propostas apresentadas.

Após a assembleia de dia 31 de março e tendo em vista que os processos de promoção no TRT-2 foram retirados de pauta e estão suspensos, a AMATRA-2 requereu ao CNJ o imediato julgamento da medida administrativa.

ATIVOS E APOSENTADOS: ISONOMIA NO PAGAMENTO DE PASSIVO

O Conselho Nacional de Justiça acolheu integralmente o requerimento da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) que pede alteração na Resolução nº137 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Sendo assim, magistrados da ativa e aposentados terão isonomia no pagamento de passivos.



SIMETRIA PARA LICENÇA-PRÊMIO, DIÁRIAS E AJUDA DE CUSTO

Vai até 21 de junho o prazo para o ajuizamento de ações individuais de simetria constitucional com o Ministério Público referente a licença-prêmio, diárias e ajuda de custo nos termos da Resolução nº 133 do Conselho Nacional de Justiça. No caso daqueles magistrados que não estão mais na ativa, a ação só deve ser ajuizada por aqueles que se aposentaram após a Emenda Constitucional nº45, ou seja, após 31/12/2004, pois somente ali foi assegurada a simetria.

PEC 555 PRONTA PARA SER VOTADA NA CÂMARA

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que exclui a cobrança de contribuição previdenciária sobre os proventos dos servidores públicos aposentados, a chamada contribuição dos inativos, encontra-se pronta para ser votada no Plenário da Câmara dos Deputados. Segundo o relator da PEC 555,

deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), ainda não existe concordância da maioria dos líderes partidários para a aprovação da matéria em Plenário em razão da crise financeira do país. A Anamatra e as Amatras continuarão na mobilização em Brasília em favor da aprovação da proposta.



FIM DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DE SERVIDORES APOSENTADOS SEM CONCORDÂNCIA

FERNANDO FRAZÃO/AGÊNCIA BRASIL

De 8 a 11/8 Acontece a Semana Institucional do TRT-2



FOTOS: DAVILMA DOURADO



APÓS QUATRO ANOS COMO PRESIDENTE, A JUÍZA PATRÍCIA ALMEIDA RAMOS PASSA O BASTÃO PARA O COLEGA E AMIGO JUIZ FÁBIO RIBEIRO DA ROCHA



A NOVA DIRETORIA DA AMATRA-2 TOMA POSSE EM CERIMÔNIA NO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

Eleito pela maioria dos associados, o juiz Fábio Ribeiro da Rocha assumiu a presidência no lugar da juíza Patrícia Almeida Ramos

No dia 14 de abril, a nova diretoria da Associação dos Magistrados do Trabalho da 2ª Região (AMATRA-2) tomou posse em cerimônia realizada na sede do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-2) de São Paulo. A chapa Participação Democrática foi eleita no início de abril por maioria de votos dos associados e estará à frente da entidade no biênio 2016-2018.

Como presidente, assumiu o juiz Fábio Ribeiro da Rocha, de 35 anos, sucedendo a juíza Patrícia Almeida Ramos. Além da diretoria executiva tomaram posse a Comissão Disciplinar e de Prerrogativas e o Conselho Fiscal da AMATRA-2.

Em seu discurso de posse, o juiz Fábio Ribeiro lembrou sua trajetória junto à AMATRA-2. Contou que ser juiz foi um sonho conquistado com muito empenho e afincos. “Tornar-me

presidente da associação é uma dívida, um desafio que estou preparado para enfrentar”, disse.

Encerrando a cerimônia, o novo presidente afirmou que sempre existirão pessoas dispostas a doar parte de suas vidas à organização e à luta por um mundo mais justo e equilibrado, “por pior que seja o momento ou contexto”. Ele garantiu que buscará de forma incessante a valorização interna e externa da magistratura, “sempre com independência, combatividade e representatividade”, reforçou.

“A diretoria da AMATRA-2, eleita democraticamente pela maioria dos seus respectivos associados, continuará atuando na defesa dos interesses da magistratura e no cumprimento das determinações legais e institucionais”, disse ele concluindo seu discurso.

UM GRUPO QUE PERMANECE

Após quatro anos presidindo a entidade, Patrícia Almeida Ramos passou o cargo ao seu vice-presidente no biênio 2014-2016 e ainda diretor adjunto cultural na gestão 2012-2014.

Em seu discurso de despedida, bastante emocionada, a juíza agradeceu ao grupo que há quatro anos, com ela, implementou uma série de mudanças na instituição e que agora continuará na luta em defesa dos interesses da magistratura e da melhoria do atendimento ao cidadão.

Ao final, deixou uma mensagem inspiradora à equipe: “Fizemos uma autêntica revolução. A batalha ainda não está finda, mas o caminho vem sendo percorrido institucionalmente com muita intensidade. Não deixem de acreditar e, sobretudo, de servir”.

Em continuidade aos pronunciamentos, a desembargadora Silvana Abramo, da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho, (Anamatra), parabenizou o novo presidente e prestou homenagem às mulheres magistradas. “Nessa gestão do trabalho, temos agora quase uma maioria, estamos em pé de igualdade com os nossos colegas homens, e isso não é pouca coisa para nós.”

O presidente regimental do TRT-2, desembargador Wilson Fernandes, ressaltou que não será uma tarefa fácil para a nova gestão, pois muitas dificuldades estão se refletindo diretamente no orçamento do Poder Judiciário, de maneira especial na Justiça do Trabalho de São Paulo, onde tudo é amplificado, inclusive os problemas e as dificuldades.

“Eu tenho a convicção de que, se todos os envolvidos, a Associação dos Magistrados, o Tribunal, o Ministério Público, o Sindicato dos Servidores, a Associação dos Advogados e a OAB, derem as mãos e caminharem no mesmo sentido, seguramente tornaremos menos espinhosa essa caminhada que vamos ter de enfrentar”, disse o desembargador.



NA MESA, OS REPRESENTANTES DO MPT, TRT-2, ANAMATRA E OAB-SP COM PRESIDENTE RECENTEMENTE EMPOSSADO NO CENTRO

Ao lado de Fábio Ribeiro da Rocha, presidindo a cerimônia estavam o desembargador Wilson Fernandes, a desembargadora Silvana Abramo, a procuradora Suzana Leonel Martins, do Ministério Público do Trabalho, e Fabíola Marques, representando a Ordem dos Advogados do Brasil, seção São Paulo. ■



A NOVA DIRETORIA DA AMATRA-2 PARA O BIÊNIO 2016-2018

OS NÚMEROS DA ELEIÇÃO

Associados aptos a votar

632

Associados que votaram

493

Juiz Fábio Ribeiro da Rocha (Participação Democrática)

273
VOTOS

Juiz Diego Petacci (Somos Todos Juízes)

199
VOTOS

“A FUNÇÃO ESSENCIAL DO MAGISTRADO NÃO É FAZER NÚMEROS, MAS JUSTIÇA”

Mais jovem presidente na história da AMATRA-2, o juiz **Fábio Ribeiro da Rocha**, de 35 anos, afirma que sua gestão vai priorizar a defesa das prerrogativas, a melhoria dos vencimentos da magistratura e o fortalecimento da instituição

P. O sr. é o presidente mais jovem na história da AMATRA-2 desde a fundação da instituição em 1962.

Qual será a sua prioridade como presidente da entidade?

R. Eu me sinto honrado por fazer parte de um grupo que une a experiência e a juventude com o propósito de lutar pelos interesses dos juizes do Trabalho. Nos quatro anos em que fiz parte da diretoria da AMATRA-2, primeiramente como diretor adjunto cultural e mais recentemente como vice-presidente, aprendi muito sobre a estrutura do Tribunal, adquirir experiência associativa e também amadurecimento pessoal e profissional. Por isso, eu me sinto habilitado a continuar representando nossos associados. O desafio é enorme.

É premente a necessidade de se formar um bloco coeso e homogêneo entre aqueles que integram o quadro do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, o maior do Brasil. A conjugação de forças implica, inexoravelmente, maior representatividade nacional e, por conseguinte, maior sucesso em nossas demandas.

Com transparência, ética e independência, continuaremos o projeto que propusemos desenvolver desde abril de 2012, com prioridade à defesa das prerrogativas à valorização remuneratória e de vencimentos da carreira e ao fortalecimento da instituição. A participação de todos é a nossa aposta democrática. Sempre haverá pessoas dispostas a



GUTO SEIXAS

“O resultado do corte desproporcional no orçamento da Justiça do Trabalho já revela sensíveis prejuízos para a população”

doar parte da sua vida à mobilização e à luta por um mundo mais justo e equilibrado, por pior que seja o momento ou o contexto.

P. A AMATRA-2 encaminhou ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) uma solicitação para que o TRT-2 cumpra os critérios para promoções por merecimento. Em que pé está a questão?

R. Os integrantes das últimas gestões da AMATRA-2 sempre tiveram como prioridade o diálogo direto com a administração do TRT-2 e, nesse caminho, muitas conquistas foram consolidadas em favor dos magistrados.

Infelizmente, em algumas poucas questões, o diálogo não foi suficiente, e a manutenção da postura independente por parte da Associação implicou a busca

por uma solução externa. Foi o que aconteceu no caso das promoções por merecimento. Após um ano tentando resolver a questão internamente, a AMATRA-2 recorreu em setembro do ano passado ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O relator do Pedido de Providência, conselheiro Bruno Ronchetti de Castro, sugeriu a possibilidade de conciliação entre o TRT-2 e a AMATRA-2.

Na audiência de conciliação, as partes apresentaram suas propostas, entretanto, o tribunal não deixou margem para negociação na fase de conciliação sob o argumento de que a proposta foi aprovada pela maioria dos desembargadores.

No dia 31 de março, em Assembleia Extraordinária da Amatra-2, a maioria

dos associados presentes decidiu rejeitar a proposta conciliatória apresentada pelo TRT-2 e aguardar o julgamento do Pedido de Providências pelo CNJ.

Continuaremos atuando na defesa dos interesses da magistratura e no cumprimento das determinações legais e institucionais, especialmente no que tange aos critérios objetivos nas promoções por merecimento aos magistrados de 1º e 2º graus.

P. O Orçamento da União de 2016 cortou em 30% das verbas de custeio e em 90% das verbas de investimento da Justiça do Trabalho. O sr. acredita ser possível com esses cortes prestar um serviço de qualidade ao cidadão?

R. A AMATRA-2 vem participando intensamente de diversas manifestações contra os cortes orçamentários, desproporcionais e discriminatórios, impostos à Justiça do Trabalho por meio da Lei Orçamentária Anual de 2016, enfatizando que a restrição orçamentária comprometerá o funcionamento dos órgãos de primeiro e segundo graus.

O objetivo é chamar a atenção para os prejuízos que vêm sofrendo não apenas os órgãos da Justiça do Trabalho, mas principalmente todos os que a procuram, que, predominantemente, são trabalhadores reclamando de obrigações não cumpridas pelo empregador.

O resultado do corte desproporcional no orçamento da Justiça do Trabalho já revela, a propósito, sensíveis prejuízos para a população: construções e aluguéis de fóruns comprometidos, vagas abertas de desembargadores, juizes e servidores que não se podem preencher, horários de atendimento aos jurisdicionados reduzidos em vários Regionais do Trabalho. Esses são, apenas alguns dos resultados da redução orçamentária no Judiciário Trabalhista.

“O fornecimento de estrutura adequada de material e de pessoal deve ser simultâneo à fixação de qualquer meta, para que ela não se torne inatingível”

“Se a terceirização tiver por objetivo prejudicar e precarizar, deve ser prontamente repelida”

Pelo apreço que tem aos pilares democráticos e republicanos que sustentam a atual ordem constitucional, a AMATRA-2 se engajará para obter providência jurisdicional capaz de restabelecer, para a Justiça do Trabalho e para os seus milhões de jurisdicionados, dignidade e justiça orçamentária.

P. O TRT-2 conseguirá cumprir as metas fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça para 2016?

R. Inicialmente, é importante registrar que o aumento de ações trabalhistas ajuizadas em todas as Varas do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região e a redução do número de magistrados e servidores nas respectivas unidades judiciárias vêm comprometendo a efetividade da prestação jurisdicional e, por conseguinte, podem impactar as metas fixadas pelo CNJ. O aumento da demanda e o quadro insuficiente de magistrados e servidores também afetam a qualidade e celeridade da prestação jurisdicional, provocando o aumento de licenças-saúde, uma vez que os funcionários estão trabalhando no limite de suas capacidades físicas e mental. Não há dúvida de que todos os Magistrados têm interesse em realizar o maior número possível de audiências possíveis sob sua responsabilidade. Entretanto, é preciso considerar que as Varas do Trabalho têm realidades e acervos distintos. O fornecimento de estrutura adequada de material e de pessoal deve ser simultâneo à fixação de qualquer meta, para que ela não se torne inatingível. A função essencial do magistrado não é fazer números, mas JUSTIÇA, pois, por trás de cada processo, há um cidadão à espera da análise do seu caso individual.

P. Uma das proposições que tramitam no Congresso e que afeta diretamente a Justiça do Trabalho é a regulamentação da terceirização, projeto que está no Senado Federal. Como a AMATRA-2 pretende atuar para tentar barrar essa proposta?

R. A Constituição Brasileira de 1988 reconheceu a essencialidade do trabalho como um dos instrumentos mais importantes de afirmação da dignidade do trabalhador, seja no âmbito de sua individualidade como ser humano, seja em seu contexto familiar e social. A AMATRA-2 permanecerá atuando contra a precarização do trabalho subordinado, configurada, fundamentalmente, nos projetos de terceirização que tramitam hoje no Congresso. O Direito do Trabalho não pode se afastar da missão histórica de proteger o trabalho humano. A AMATRA-2 está atenta aos fatos do processo: se a terceirização tiver por objetivo prejudicar e precarizar, deve ser prontamente repelida.

P. Qual o prognóstico da AMATRA-2 para a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que estabelece o pagamento de Adicional por Tempo de Serviço (ATS) a juizes e membros do Ministério Público?

R. A AMATRA-2 vem atuando intensamente perante o Poder Legislativo, participando de reuniões com parlamentares, em prol do imediato restabelecimento do Adicional por Tempo de Serviço (ATS) como componente da remuneração das carreiras da magistratura. O resgate do Adicional representa a valorização dos juizes que desempenham suas função durante décadas de intensa dedicação. O restabelecimento do Adicional por Tempo de Serviço é uma prioridade para a AMATRA-2 e o caminho mais seguro para garantir a isonomia entre os magistrados. Atualmente a matéria, que tramita através da Proposta de Emenda Constitucional n.º 63/2013, aguarda deliberação para votação em plenário do Senado Federal. ■



ATO EM DEFESA DA JUSTIÇA DO TRABALHO ACONTECEU NO ÁTRIO DO FÓRUM RUY BARBOSA, EM SÃO PAULO. O NOVO PRESIDENTE DA AMATRA-2 E A EX-DIRIGENTE DA ENTIDADE PATRÍCIA ALMEIDA RAMOS PARTICIPARAM DO PROTESTO

COM CORTES NO ORÇAMENTO, O NOVO PRESIDENTE DA AMATRA-SP PREVÊ

“FUTURO SOMBRIO” PARA A JUSTIÇA DO TRABALHO

Ao lado de advogados, servidores e magistrados, o novo presidente e a ex-dirigente da entidade participaram de ato em defesa dos tribunais trabalhistas

O dia sete de abril foi o marco de mais um dia de luta contra o corte severo no orçamento do Judiciário - 30% na verba de custeio, aquela que paga os salários dos servidores, água, luz e gastos fixos dos tribunais, e 90% na verba de investimentos. Por esse motivo, a Associação dos Advogados Trabalhistas de São Paulo, com o apoio da OAB-SP, TRT-SP e Associação dos Magistrados do Trabalho da 2ª Região (AMATRA-SP), organizou o ato público que reuniu no Fórum Trabalhista Ruy Barbosa, na Barra Funda, em São Paulo, cerca de 200 pessoas.

Segundo o novo presidente da AMATRA-2, juiz Fábio Ribeiro da Rocha, o ato foi extremamente importante e deve se repetir em outros municípios do estado e, também, em outras cidades do país. O primeiro foi em Santos (SP), em 29 de março. Está previsto para ocorrer em 2 de maio, em Porto Alegre, um protesto com o apoio da AMATRA da 4ª Região, do Rio Grande do Sul.

Apesar da mobilização, Ribeiro da Rocha vê “um futuro sombrio” para a Justiça do Trabalho: “Se o corte não

for revogado, os trabalhadores serão prejudicados. Difícilmente teremos reposição. Muito improvável que haja reposição daqueles que se aposentarem ou saírem do tribunal. Além disso, nem os magistrados que foram aprovados no último concurso tomarão posse”.

Ele não tem dúvidas de que se até julho o Poder Legislativo não mudar a questão do orçamento restrito à Justiça do Trabalho, a partir de agosto a situação citada de fato ocorrerá, e isso será um retrocesso para o Judiciário.

Presente no ato, a então presidente da AMATRA-2, juíza Patrícia Almeida Ramos, ressaltou o significado dos cortes em seu pronunciamento.

“O resultado dessa intervenção desproporcional no orçamento da Justiça

do Trabalho apresenta-se agora em prejuízo à população. O impacto negativo dos cortes será, sobretudo, suportado pelas classes sociais menos abastadas, justamente aquelas que mais recorrem ao Judiciário trabalhista”, afirmou.

Em agradecimento aos presentes, a presidente do TRT-2, desembargadora Silvia Devonald, rebateu a desculpa de que o corte acontece devido à atual crise de que o orçamento do país inteiro está sendo reduzido. Segundo ela, dados concretos mostram que, no ano passado a Justiça do Trabalho recolheu para os cofres da União R\$ 12,5 bilhões, e a tendência seria o crescimento.

“A Justiça do Trabalho não é uma Justiça para empregados, é uma Justiça para todos, porque é a única que consegue estabelecer o ponto de equilíbrio entre empregados e empregadores. Mas, nós teremos muita dificuldade em continuar sendo esse ponto de equilíbrio, principalmente se permanecer a situação em que nos encontramos hoje, com desemprego acelerado e poucas perspectivas de novos empregos”, finalizou a desembargadora.

30%

é o percentual de corte nas verbas de custeio do orçamento da Justiça do Trabalho para 2016

EM DOIS ANOS, CINCO SALAS LANCHES E CONVIVÊNCIA FORAM MONTADAS OU REINAUGURADAS

O exemplo mais recente é a Sala Dora Vaz Treviño, em Santos, reformada e reaberta aos associados em março

A SALA DE SANTOS E O ESPAÇO NA SEDE DA ASSOCIAÇÃO: CONFORTO



A reinauguração da sala Dora Vaz Treviño, na Comarca de Santos, ocorreu em março de 2016, em homenagem póstuma à Desembargadora Dora Vaz Treviño, quem dedicou sua vida à Magistratura e deixou um legado importantíssimo para a Justiça do Trabalho. No evento, um almoço, estiveram a Presidente do TRT-2 Desembargadora Silvia Devonald, a então Presidente da AMATRA-2, Juíza Patrícia Almeida Ramos, e o atual, Fábio Rocha, associados, amigos e parentes da homenageada.

Para a então Diretora Secretária da AMATRA-2 e atual Diretora Social da entidade, Juíza Aposentada Isabel Cristina Quadros Romeo, o resultado das melhorias implementadas até o momento nas salas de lanche e convivência, todas em homenagens póstumas a Magistrados que fizeram a diferença no Judiciário Trabalhista, tem sido positivo e gratificante.

“Temos feito benfeitorias em várias dessas salas, pessoalmente, sempre com muito carinho e cuidado, pensando no bem-estar de todos os associados. Analisamos o local, estudamos o espaço, pesquisamos preços de móveis, enfeites e eletrodomésticos, dentro de um limite orçamentário responsável,

menos custoso sempre, mas sem deixar a qualidade e a funcionalidade de lado”, afirmou a diretora da AMATRA-2.

Outras salas contaram com melhorias à medida em que identificadas a sua necessidade, desde 2014 foram estas: “Amauri Mascaro Nascimento”, no Fórum Regional da Zona Leste; “Cláudio Henrique Corrêa”, em São Bernardo do Campo; “Maria Inês Moura dos Santos Alves da Cunha”, no Fórum Regional da Zona Sul e “Vilma Mazzei Capatto”, em Guarulhos.

Elas são usadas pelos Magistrados Associados para alimentação, de modo que estes não precisem sair à rua para tanto, para uma pausa confortável, e, principalmente para a convivência entre todos, sendo que tais espaços podem ser também usados para eventos culturais, institucionais e sociais. Isso se dá principalmente na sede da AMATRA-2.

Para atender os seus Associados e servi-los com qualidade e presteza, cozinhas foram equipadas e contratadas pela AMATRA-2, Copeiras, sob a égide da CLT. Antes disso, elas não eram empregadas, mas servidoras terceirizadas. Com o vínculo de emprego, elas trabalham com Carteira de Trabalho assinada e recebem todos os seus direitos trabalhistas.

ASSOCIADOS PODEM BAIXAR APLICATIVO AMATRA PARA LER NOTÍCIAS DO INTERESSE DA MAGISTRATURA NO CELULAR

Todos vão receber um e-mail com login e senha para fazer o download gratuito do app

A partir da última semana de abril, os associados da AMATRA-2 terão acesso a uma plataforma de conteúdo no formato de um aplicativo, que pode ser lido no celular ou no computador. Na estação AMATRA serão compartilhadas notícias de interesse da magistratura por meio de um clipping em formato de matéria – com fotos e vídeos. É um espaço privado onde apenas o usuário cadastrado poderá entrar. Todos os associados vão receber via e-mail um passo a passo para baixar o aplicativo, com seu login e senha pessoal.

Para baixar o aplicativo basta acessar a loja virtual, Play Store ou App Store, do seu Smartphone e procurar por SATYA. Mas, também é possível fazer a leitura do QR Code que corresponde ao sistema do seu aparelho e ser direcionado para fazer o download.

Além do app, neste mês o jornal *Magistratura e Trabalho* chega às mãos dos associados de visual novo. O projeto gráfico é assinado pela designer Patrícia Morante, sob a supervisão da equipe de SATYA, agência de comunicação recém-contratada pela AMATRA-2.

“Escolhemos um jogo de cores com predomínio de azul e cinza, que simbolizam lealdade, ideal e sonho”, explica a designer que fez carreira em revistas das Editoras Abril e Globo. Sugestões de pauta podem ser enviadas para: satya@satya.inf.br.





O PRESIDENTE DO CNJ, RICARDO LEWANDOWSKI, E A SESSÃO QUE APROVOU NOVA RESOLUÇÃO

O CNJ E OS NOVOS CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO DE PESSOAL

Para diretor da AMATRA-2, as mudanças, são, sem dúvida, positivas

No dia 12 de abril, em sessão ordinária, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou resolução que altera os critérios para a distribuição da força de trabalho no Poder Judiciário entre a primeira e a segunda instância.

Para o juiz Leonardo Grizagoridis da Silva, diretor secretário da AMATRA-2, a decisão do órgão de controle do Judiciário é, “sem dúvida”, positiva e suscitará mudanças “no olhar” dos gestores dos tribunais.

De acordo com a nova resolução do CNJ, o número total de servidores da atividade jurisdicional deve ser proporcional à quantidade média de casos distribuídos em cada grau, visando reduzir o congestionamento do estoque processual. A medida deve ser implementada até 1º de janeiro de 2017.

Dados da publicação *Justiça em Números*, referente ao período de 2013/14 e consolidada pelo CNJ, revelam que a maior parte dos processos na

Justiça do Trabalho está na primeira instância – 84% dos casos novos e 92% dos casos pendentes.

Para o diretor da AMATRA-2, o Conselho Nacional de Justiça percebeu que um dos pontos cruciais para efetivar a Política Nacional de Atenção Prioritária à Primeira Instância é a normatização de parâmetros relacionados à equalização da força de trabalho.

“Busca-se, com isso, proporcionar uma melhor distribuição de servidores e funções comissionadas, para se fazer frente à sobrecarga de trabalho”, explica o juiz.

CORTE DE VERBAS

O diretor da AMATRA-2 não acredita que o corte de verbas orçamentárias imposto ao Judiciário e, mais severamente, à Justiça do Trabalho vá interferir no cumprimento da resolução do CNJ. “Fica bem claro que o corte orçamentário não poderá servir de justificativa para a criação de obstáculos a melhorias nas varas do trabalho”, defende o juiz.



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ

O maior volume de processos encontra-se na primeira instância da Justiça do Trabalho

84% dos casos novos e

92% dos casos pendentes

NOVOS ADVOGADOS PARA ATENDER OS ASSOCIADOS

A AMATRA-2 assinou contrato com o escritório Capano, Passafaro Advogados Associados e ampliou o rol de benefícios

No dia 7 de abril, a AMATRA-2 assinou contrato com um novo escritório de advocacia, o Capano Passafaro Advogados Associados. Por meio do documento, a AMATRA-2 ampliou o rol de serviços em benefício dos associados da entidade, tais como a atuação em desagravos promovidos pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), consulta aos magistrados referentes a matéria criminal, representação criminal por calúnia, difamação e/ou interpelação judicial e a atuação em processos administrativos em que magistrados figuram como parte.

O contrato prevê também a atuação da equipe da Capano, Passafaro em demandas judiciais e administrativas

coletivas em diversas matérias envolvendo magistrados do TRT-2. Os advogados do escritório possuem larga experiência no âmbito administrativo e criminal e atuam em várias entidades associativas.

O Capano, Passafaro, passa a partir de agora a atender a todas as demandas em andamento que vinham sendo gerenciadas pelo antigo escritório – o Rangel do Nascimento Advogados Associados –, que teve o contrato com a AMATRA-2 rescindido.

Endereço da Capano, Passafaro Advogados Associados: Alameda Campinas, 433 – 10º andar – Jardim Paulista – São Paulo – Telefones: (11) 3799-5050 e (11) 3333-2326.



DATAS

Tomaram posse

■ Como desembargadora do trabalho do TRT-2: LYCANTHIA CAROLINA RAMAGE

A cerimônia aconteceu em 10 de junho de 2015. Na ocasião, a então presidente da AMATRA-2, juíza Patrícia Almeida Ramos, desejou boa sorte à colega na nova fase da carreira.

■ Como juízes substitutos do TRT-2: RENATA FRANCESCHELLI DE AGUIAR BASTOS Com permuta do TRT-15, em 4 de abril de 2016.

VINÍCIUS JOSÉ DE REZENDE Com permuta do TRT-3, em 4 de abril de 2016.



VALDIR FLORINDO TOMA POSSE NA PRESIDÊNCIA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE DIREITO DO TRABALHO

O desembargador e associado da AMATRA-2 Valdir Florindo tomou posse, no início de abril, como presidente da Academia Brasileira de Direito do Trabalho (ABDT). A entidade, fundada em outubro de 1978, tem como objetivos

o estudo do direito e do processo do trabalho, o aperfeiçoamento e a difusão da legislação trabalhista, e a publicação de estudos. Atualmente, a ABDT conta com 100 efetivos no Brasil. A juíza Patrícia Almeida

Ramos, então presidente da AMATRA-2, e a associada Maria Cristina Fisch estiveram presentes à cerimônia, ocasião em que cumprimentaram o novo presidente da entidade, desejando-lhe sucesso e profícua gestão.

30 DE MAIO

É o prazo para o envio de artigos e sentenças para a Revista Jurídica da AMATRA-2

E-mail: jornalista@amatra2.org.br



MARIA LUIZA FREITAS A ARTE DE CONCILIAR CAPITAL E TRABALHO

Após quase quarenta anos na ativa, a desembargadora aposentada resume o sentimento de atuar na Justiça do Trabalho

FOTOS: JESSICA TELES

“É gratificante saber que, no papel de magistrada, ajudei a conciliar a relação entre capital e trabalho e, de alguma forma, contribuí para a paz na sociedade”. Com esta frase e os olhos azuis bem claros marejados por uma ponta de emoção, a desembargadora **Maria Luiza Freitas** fez o balanço de sua trajetória na Justiça do Trabalho.

Ela tomou posse como juíza no Tribunal Regional do Trabalho, em São Paulo, há 33 anos, em março de 1983. É da chamada turma de egressos do 8º concurso. Tinha, na época, 42 anos. Antes de se tornar juíza, ela optou por casar, ser mãe, e só depois que os dois filhos tinham passado dos 3 anos de idade, pôde trocar a rotina de dona de casa por trabalhar durante o dia, fazer faculdade à noite e ficar com a família no tempo que sobrava a típica tripla jornada encarada por muitas mulheres nos dias de hoje.

Na fase anterior ao concurso para a magistratura, ela trabalhou por quase vinte anos na iniciativa privada. No período que em que cursava direito

na FMU (Faculdades Metropolitanas Unidas), dava expediente em um escritório especializado na emissão de documentos imobiliários. “Era muito comum, nessa época, eu perder sempre a primeira aula. Aquilo me irritava muito, e decidi, então, montar o meu próprio negócio”, lembra a desembargadora aposentada.

Empreendedora, manteve o escritório por alguns anos e, depois de formada, atuou como advogada do Sindicato e do Conselho dos Corretores de Imóveis. Todavia, queria fazer algo mais apaixonante. “Nunca tive medo de trabalhar, e precisava de algo que me envolvesse e para que eu tivesse vocação. Para ser juiz, é necessário ter vocação, pois é uma profissão na qual é exigido muito da pessoa”, afirma.

INSPIRAÇÃO E REALIDADE

Na FMU, a então estudante de direito fez muitos amigos. Alguns continuam próximos até hoje. Um deles, o juiz Milton Catelli, estimulou Maria Luiza a fazer o concurso para a magistratura.

A irmã dele, Yvone, um pouco mais velha que os dois amigos, foi uma espécie de fonte inspiradora para ambos – ela ingressara na Justiça do Trabalho alguns anos antes.

“A doutora Yvone era uma pessoa maravilhosa, inteligente e afável, com quem tive o privilégio de conviver e que me guiou nos primeiros passos da carreira de magistrada”, rememora a desembargadora. Yvone, lamenta Maria Luiza, morreu pouco tempo depois que o irmão e sua amiga ingressaram por concurso no TRT.

Da aprovação no concurso até a aposentadoria, em 2003, a desembargadora viu a Justiça do Trabalho crescer. “Se agigantar”, como prefere. “É bom ver que o Judiciário Trabalhista transformou-se numa das mais importantes e respeitadas instituições do país”, diz, orgulhosa. A carreira também a aproximou da realidade de pessoas que dificilmente ela conheceria não fosse pela atividade em variadas comarcas, como Santos, Poá e São Carlos, no interior paulista.

Para a menina nascida em Mairinque e criada em Jaboticabal, cidades do interior do estado, São Paulo, a capital, mostrou-se um lugar de grandes vitórias. Além da carreira bem-sucedida construída com muito trabalho, esforço e dedicação, ela teve aqui seus dois filhos, que lhe deram três netos – dois meninos e uma menina.

O DIREITO NO DNA

Um dos maiores orgulhos de Maria Luiza Freitas são os filhos. A história das duas crianças, hoje dois adultos tão bem-sucedidos quanto a mãe desembargadora, parece ter sido impregnada pelo DNA do direito.

Eles bem que tentaram seguir um caminho diferente do que foi percorrido pela mãe. Carlos Alberto Moraes Barbosa chegou a concluir o curso de engenharia civil na Universidade Presbiteriana Mackenzie.

“Ele não gostava do que fazia, detestava administrar as obras que acompanhava e decidiu mudar de área”, lembra a desembargadora.

Carlos Alberto, então, mudou radicalmente. Da área de exatas, partiu para o direito. Fez o curso no Largo de São Francisco e, hoje, é promotor de Justiça cível em Santos.

A história se repetiu com Ana Maria. Ela fez um curso de ortóptica, mas, pouco tempo depois de concluir a formação, viu que não era o que queria fazer. Ana Maria Moraes Barbosa

Macedo, assim como Maria Luiza, prestou concurso e, há 23 anos, é magistrada no TRT de São Paulo. No ano passado, ela foi promovida a desembargadora e ocupa a cadeira de número 5 da 10ª turma.

AMOR MAIOR NÃO HÁ

A desembargadora Maria Luiza Freitas se aposentou após quase quarenta anos de muito trabalho, muitas jornadas triplas e muitas realizações. Ela diz que hoje, alguns anos depois de deixar a ativa, não tem lembranças ruins, “Guardo na memória somente coisas boas a respeito do meu tempo na Justiça”, garante.

Assim que se aposentou, ela ainda exerceu a advocacia, mas admite que, quando se exerce por muito tempo uma atividade, é bem difícil trocar de papel. “O meu exercício como advogada durou pouco, não gostei”, afirma.

Hoje, o papel que a desembargadora Maria Luiza gosta de exercer é o de avó. “Não é por acaso que todos dizem que o amor de avó é muito bom, amor maior não há”, diz ela, enquanto aponta os porta-retratos na mesinha de canto ao lado do sofá da sala. Nas imagens estão os três netos. “Preciso trocá-las por fotos mais recentes, pois eles hoje estão bem maiores”, e, mais uma vez os olhos azuis bem claros da magistrada voltam a brilhar. ■



MARIA LUIZA NOS TEMPOS DE TRIBUNAL: NO GABINETE, AO LADO, E EM AUDIÊNCIA, ACIMA



OS LIVROS DE CABECEIRA

Maria Luiza gosta de romances e publicações jurídicas, para se manter atualizada. Veja as leituras mais recentes



Os três imperadores (Miranda Carter)

Três primos, três impérios e o caminho para a Primeira Guerra Mundial



Trilogia – O Século (Ken Follett)

1º Queda de Gigantes
2º Inverno no Mundo
3º Eternidade por um Fio
Romance histórico que conta acontecimentos marcantes da história da humanidade

Revista Jurídica da Escola da Associação dos Magistrados

APÓS A VITÓRIA E A POSSE

A COMEMORAÇÃO

Entre associados e outros convidados, a recém-empossada diretoria da AMATRA-2 festeja com um coquetel o novo mandato



4. OS DESEMBARGADORES WILSON FERNANDES, VICE-PRESIDENTE JUDICIAL DO TRT-2, E CARLOS ROBERTO HUSEK
5. O ADVOGADO APARÍCIO DIAS, IASP, ADVOGADA JOSEFINA SANTANA, IASP, E AS JUÍZAS APARECIDA MARIA SANTANA, 1ª VARA – ZL E SANDRA ESPOSITO, 6ª VARA - ZL
6. KARINA VALERO E DESEMBARGADORA MARIA MADALENA TELESKA, TRT-4
7. O JUIZ ADENILSON BRITO, TRT-2, E SUA ESPOSA, A ADVOGADA TICIANA FLÁVIA



1. O NOVO PRESIDENTE DA AMATRA-2, JUIZ FÁBIO RIBEIRO DA ROCHA, E SUA NOIVA, MILENA LOUREIRO
2. AS DESEMBARGADORAS SILVANA ÁBRAMO (DIRETORA DA COMISSÃO DE PRERROGATIVAS) E MARIA MADALENA TELESKA, VICE-PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO BRASIL (AMB)
3. JUIZ BRUNO RODRIGUES, TRT-15, E AS JUÍZAS VIVIANY RODRIGUES, TRT-2, JULIANA GROSSO, TRT-2, DIANE KAMBOURAKIS E JULIANA NAGASE, FÓRUM RUY BARBOSA



8. AS JUÍZAS VALÉRIA NICOLAU SANCHES (DIRETORA DE BENEFÍCIOS) E CLAUDIA FLORA SCUPINO (DIRETORA REPRESENTANTE DA CIRCUNSCRIÇÃO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO) COM FAMILIARES
9. AS JUÍZAS FERNANDA ZANON E ANGELA FÁVARO RIBAS, O JUIZ FÁBIO RIBEIRO DA ROCHA COM MILENA LOUREIRO E A SERVIDORA DO TRT-2 HELOÍSA MURATORI
10. O JUIZ FÁBIO MOTERANI (DIRETOR CULTURAL) E MARCELO CHAMONE (VICE-PRESIDENTE DA AMATRA-2)
11. O ECONOMISTA LUÍS SADER E A PROCURADORA DO TRABALHO SUZANA LEONEL

FOTOS: DAVILYM DOURADO

DIREITO COM SOTAQUE LUSITANO

A MATRA-2 encaminhou ao Instituto de Direito do Trabalho (IDT) da Faculdade de Direito de Lisboa uma proposta para a renovação, por mais cinco períodos letivos, do Convênio Cultural e de Estímulo ao Estudo do Direito do Trabalho mantido entre as duas entidades.

A proposta visa à manutenção das condições atuais do convênio, que possibilita a participação gratuita de dois magistrados associados, por período letivo, no curso de pós-graduação em direito do trabalho ministrado pela instituição de ensino. Para saber mais sobre a instituição, visite o site: <http://www.fd.ulisboa.pt/>.

MAIS CONVÊNIOS:

■ **Linguae Personal Language Institute**

O Linguae oferece desconto de 25% para associados da AMATRA-2 em cursos de inglês e 30%, de italiano, francês e alemão. Mais informações: <http://www.amatra2.org.br/intranet-convenios.aspx>.

■ **Naturopatia com Ana Paula Pessuto**

Rodrigues Ferreira

A naturóloga oferece desconto de 15% para associados. Endereço do consultório: Rua Sergipe, 401, conjunto 801, Higienópolis. Para marcar horário, ligue para (11) 3258-7082 ou (11) 97320-8776. Estacionamento no local.

■ **Apamagis**

Associados têm desconto especial em hospedagem nas colônias de férias da Associação Paulista de Magistrados (Apamagis) situadas no Guarujá, em Campos do Jordão e nas Termas de Ibirá. Para saber mais, entre em contato com a funcionária Valéria pelo telefone (11) 3292-2200.



FUTEBOL E VÔLEI PARA ASSOCIADOS

Para estimular a interação e a prática de atividades físicas, os associados da AMATRA-2 podem participar dos jogos de futebol e de vôlei que acontecem em dias da semana em dois clubes da capital paulista.

- Futebol, às segundas-feiras, às 19h30, no Playball, localizado no bairro da Pompeia.
- Vôlei, às quartas e sextas, no clube Pelezão, localizado no bairro da Lapa. O dia e o horário são definidos pelos participantes da semana em um grupo do WhatsApp.